



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	Análise da evolução da proteção dos refugiados nos panoramas nacional e internacional
Autor	GIOVANA LEIVAS MÜLLER HOFF
Orientador	WILLIAM SMITH KAKU

As migrações forçadas constituem uma realidade vivida pelo homem. Assim como ele buscou um lugar para se fixar, eventos de força maior sempre fizeram com que tivesse que se mudar. Essa experiência nunca foi fácil, pois uma pessoa precisa deixar sem vontade própria o lugar que vive com sua família, onde enterrou seus antepassados, estuda ou trabalha. Com o passar dos tempos, cresceu a preocupação em criar um ambiente de acolhida física para que essas pessoas possam recomeçar. No final do século XIX, foi criado o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para fornecer assistência àqueles afetados pelas guerras e conflitos armados; uma das possíveis consequências é o deslocamento humano, e os refugiados também faziam parte do rol de protegidos da Cruz Vermelha. Com a criação da Organização das Nações Unidas, a necessidade de proteger os direitos humanos ficou mais evidente. Logo depois, em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) para Refugiados, o qual se envolveu especificamente com a proteção dos refugiados e também com a busca de soluções para esse problema. O ACNUR recebeu a missão nobre, porém difícil de ajudar pessoas que estavam literalmente fugindo de suas casas devido às perseguições políticas e religiosas, guerras que abalavam o seu país, situações climáticas adversas, consistentes e repetidas violações aos direitos humanos, por exemplo. Os refugiados, no entanto, não diminuíram de número nos últimos 64 anos e, inclusive, aumentaram. Recentemente, o Brasil tem recebido grandes levas de refugiados e tem sido requisitado por muitos deles. A legislação brasileira incorporou tanto o Estatuto dos Refugiados de 1951 quanto o Protocolo Adicional de 1967, tornando-se uma das mais avançadas do mundo neste aspecto. Foi criado também o Comitê Nacional para Refugiados, o qual lida com a admissão e assistência aos refugiados no âmbito nacional. Percebe-se que o país está intensamente envolvido com a questão humanitária e se mostra disposto a ajudar os refugiados a reconstruírem suas vidas.

Este trabalho busca estudar o tema dos refugiados abordando aspectos jurídicos e históricos desde a gênese da Cruz Vermelha até os dias atuais, focando no Brasil. A evolução do conceito de refugiado veio permeada por diversos tratados que foram assinados e por conferências que intentaram unir os esforços dos países em criar soluções de estabilidade para diminuir o número de migrações forçadas e receber os refugiados em seus territórios. O ACNUR é o órgão das Nações Unidas que se envolve mais ativamente com a questão dos refugiados, atuando em conjunto com a CICV em várias situações, sendo esta a razão da utilização de seus materiais para sustentar a pesquisa. O objetivo do trabalho é identificar quais foram as medidas tomadas para o problema dos refugiados em matéria de convenções e apontar onde o Brasil se encaixa dentro do panorama internacional. O Brasil recebe muitos refugiados atualmente porque oferece um ambiente de acolhida favorável. O país possui um protocolo de solicitação de refúgio e um comitê preparados para receber os refugiados. Para desenvolver o trabalho, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, método de procedimento monográfico e como técnica de pesquisa a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Refugiados, além dos sites do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, do Alto Comissariado das Nações Unidas e do Comitê Nacional para Refugiados.